MEDIAÇÃO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA DA UEA EM MANAUS

Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes¹ e Aldrin Bentes Pontes²

Universidade Federal do Amazonas UFAM/PPGSCA¹

(joycekarolinepontes@gmail.com)

Faculdade Anhanguera – Campinas/SP²

(aldrinpontes@gmail.com)

RESUMO

Neste trabalho abordaremos a mediação da tecnologia na Educação Superior Indígena no Amazonas que tem como objetivo descrever como se deu a prática pedagógica executada pelo Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no período de 2009 a 2014 em Manaus. A pesquisa de natureza quali-quantitativa envolveu métodos para a obtenção de uma análise mais coerente, trazendo como problemática os fatores que contribuem para a organização do curso de formação de professores indígenas ofertado pela UEA. Logo, o tema é oportuno, porque coloca à tona uma reflexão onde as práticas educacionais interculturais necessitam de um olhar mais apurado quando este ensino passa a ser mediado pela tecnologia, valorizando e respeitando os aspectos culturais, sociais, além da pluralidade do pensamento social amazônico.

Palavras-Chave: educação superior indígena, Amazônia, tecnologia, UEA.

ABSTRACT

In this paper, it will approach the mediation of technology in Indigenous Higher Education in Amazonas, which aims to describe how the pedagogical practice carried out by the Program of Training of Indigenous Teachers of the State University of Amazonas (AEU), from 2009 to 2014 in Manaus. The

¹ Doutora e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM/PPGSCA). Jornalista. Especialista em Informática Aplicada à Educação (UEA). MBA em Gerenciamento de Projetos. E-mail: joycekarolinepontes@gmail.com.

² Mestre em Direito Ambiental (UEA). Advogado e Radialista. Especialista em Direito Público. Docente da Faculdade Anhanguera em Campinas – São Paulo. E-mail: aldrinpontes@gmail.com.

qualitative and quantitative research involved methods to obtain a more coherent analysis, bringing as problematic the factors that contribute to the organization of the indigenous teacher training course offered by AEU. Therefore, the theme is timely, because it brings up a reflection in which intercultural educational practices need a closer look when this teaching is mediated by technology, valuing and respecting cultural and social aspects, in addition to the plurality of social Amazonian thinking.

Keywords: Indigenous Higher Education. Amazon. Technology. UEA.

INTRODUÇÃO

A questão do magistério indígena tem gerado algumas discussões nacionais, a partir de encontros e debates, onde alguns são a favor e outros contra um currículo intercultural específico e este painel traz ponderações acerca deste tipo de formação superior, pois podem ocorrer percalços de organização curricular. Por conseguinte, a pesquisa tem como problemática a seguinte questão: De que forma as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) contribuem para a organização do curso de formação de professores indígenas ofertado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em Manaus?

E para responder a esta problemática, o trabalho se concentra em esclarecer que não se pretende trazer respostas concretas, mas sim colocar à tona uma reflexão na qual as práticas educacionais interculturais necessitam de um olhar mais apurado quando este ensino passa a ser mediado pela tecnologia.

É dever do Estado garantir aos indígenas uma educação diferenciada, complementando os conhecimentos considerados universais, práticas e os saberes tradicionais, além do uso dessas tecnologias colaborarem de fato para a proposta pedagógica do curso superior da UEA em Pedagogia Intercultural, cuja finalidade é a contribuição social para os povos indígenas com a educação mediada pela tecnologia além de reduzir as distâncias do conhecimento. Uma equação difícil de equilibrar, mas não impossível.

A Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) prevê um ensino bilíngue e intercultural, mas que na prática não vem sendo respeitado em alguns estados brasileiros. Apesar desta garantia legal ser um avanço, as nações indígenas começam a ter espaços; o índio passa a ser considerado um cidadão, porém, em pleno século XXI, ainda há preconceitos para estes povos que contribuem para a formação social e cultural brasileira. Diante desse

avanço, que é a observância à legalidade, existe o desafio da concretização do que está colocado na legislação, e o Estado do Amazonas tem avançado nesse segmento.

O Estado do Amazonas tem avançado na formulação das políticas de educação escolar indígena, em termos de diretrizes e planos de ação que visa responder ao modelo de educação intercultural e diferenciada. Porém a política de educação escolar indígena formulada pelo Estado se encontra dependente de impasses engendrados por questões estruturais e conjunturais. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 97).

Consequentemente, há um desafio grande nesta luta, porque se tem uma riqueza em termos de etnias no Brasil, com 274 línguas faladas, 896 mil indígenas, então é uma população grande e que demanda inicialmente de uma política pública voltada a essa questão, uma política pública que aconteça e que seja planejada a partir do contato com as nações indígenas, que precisam estar presentes nessas políticas, conforme dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Sistema Nacional de Educação (SNE), raramente contempla a educação indígena, mesmo apesar de ter havido nos últimos anos, um crescimento da produção. Conforme os autores Cecchetti e Pozzer (2014, p.9), **“a interculturalidade é um dos paradigmas emergentes que tem como proposta novas formas de relacionamento entre grupos socioculturais diferentes”**. Neste ponto de vista, considera-se a partir do conceito dos intelectuais que se tem uma abertura de caminho para concepções teóricas e metodológicas que respaldem práticas cognitivas de aprendizagem inovadoras, saindo inclusive do plano cartesiano de ensino e aplicando novos métodos de pesquisa, ensino e extensão.

O prefixo inter indica uma relação entre vários elementos diferentes: marca uma reciprocidade (interação, intercâmbio, ruptura do isolamento) e, ao mesmo tempo, uma separação ou disjuntiva (interdição, interposição, diferença). Este prefixo não corresponde a um mero indicador retórico, mas se refere a um processo dinâmico marcado pela reciprocidade de perspectivas. São representações sociais construídas em interação. Para Micheliní Rey (1986) o prefixo se refere à interação, mudança e solidariedade objetiva. Caracteriza uma vontade de mudança, de ação no contexto de uma sociedade multicultural (CANDAUI, 1998, p. 184).

Deste modo, para a construção da pesquisa, realizou-se uma busca bibliográfica em autores que tratassem dos descritores como educação superior indígena, políticas educacionais aos povos indígenas,

interculturalidade, além de Tecnologias da Informação e Comunicação. Foi realizada a análise de documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com Formação em Interculturalidade, da Universidade do Estado do Amazonas.

MÉTODO

A pesquisa de natureza quali-quantitativa envolveu métodos quantitativos e qualitativos para a obtenção de uma análise mais profunda acerca do ensino superior indígena mediado pela tecnologia na UEA, compreendendo as realidades sociais presentes no curso realizado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, no período de 2009 a 2014, contribuindo para a formação superior destes professores indígenas e não indígenas, de onde partimos para analisar também, os impactos sociais, culturais e educacionais desse curso superior.

Neste seguimento, o campo de pesquisa é o Curso de Pedagogia Intercultural da UEA, que teve entre os anos de 2009 a 2014, a responsabilidade em formar 1.870 pedagogos indígenas do Estado do Amazonas e 22 em Manaus.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi concebida de maneira interdisciplinar no campo das Ciências Humanas e Sociais, estabelecendo um diálogo com diferentes saberes sobre a educação superior indígena e sua relação com a tecnologia. Por conseguinte, a ideia central do artigo é demonstrar que a utilização da tecnologia pode contribuir para a formação intercultural dos povos indígenas, reduzindo a exclusão digital, pois para o professor e o aluno atuar através do ensino mediado pela tecnologia foi e são necessários conhecimentos e habilidades específicas para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Todavia, há relevância neste estudo haja vista que os povos indígenas lutam pela preservação e manutenção de sua cultura, mas ainda há preconceitos na busca, por exemplo, de um emprego. A partir de então, muitos optam por uma formação superior para terem o respeito e até mesmo uma oportunidade melhor para sustentar suas famílias.

E a transmissão das aulas por meio do Sistema Presencial Mediado pela Tecnologia (IPTV) beneficiou os povos indígenas de 52 municípios amazonenses onde o curso estava presente, e pode favorecer ainda mais com outros projetos educacionais principalmente em comunidades longínquas do Amazonas. Acreditamos que a tecnologia é uma ferramenta muito importante

na mediação do ensino e aprendizagem, onde os protagonistas desta história são os discentes e docentes, que determinarão a eficácia do uso das TICs na educação superior.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pretendemos demonstrar nessa pesquisa que a educação superior indígena, nível graduação, mediada pela tecnologia no Estado do Amazonas, ainda é pouco abordada pela Academia e instituições que realizam trabalhos de pesquisa, ciência e extensão na região Norte do Brasil. A carência de estudos nesse segmento justifica a realização deste trabalho, tornando-se desafiante no campo epistemológico a análise da inserção da tecnologia nos cursos de graduação indígena do Amazonas.

A educação superior permite a conquista da efetiva cidadania, pelo direito de acesso aos bens do mundo contemporâneo, sem interveniência e sem intermediação de não índios. Isso significa que a partir daí serão formados profissionais que sejam no mínimo capazes em articular os conhecimentos provenientes, por um lado, das tradições de seus povos, por outro, da tradição ocidental e, ao mesmo tempo, dará ao País a oportunidade em quebrar a visão estereotipada que uma parcela significativa da população brasileira ainda guarda sobre os índios.

Posto isto, este trabalho contribuirá para os estudos socioculturais a partir dos estudos simbólicos e ensino indígena, já que o Amazonas possui 64 etnias. Além disso, os caminhos da pesquisa irão ao encontro dos aportes interdisciplinares das Ciências Sociais e teorias que irão auxiliar em um estudo sistematizado da educação superior indígena no Estado.

Tem-se como proposta discutir os processos interculturais da formação superior indígena no Amazonas, dando ênfase aos egressos do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Turma 2009-2014. Ademais, a partir das experiências do PROIND que seguiu o modelo de ensino do Proformar.

Diante desse contexto, e a evolução da disseminação do ensino desde o Proformar ao chegar ao PROIND fazendo a utilização da televisão, aliada com a tecnologia, Ramirez (2008) conceitua a infraestrutura ou arquitetura do IPTV em diversos elementos envolvidos que devem ser protegidos individualmente e como um sistema possa manter os níveis de segurança requeridos.

O perfil desse novo professor é sempre estar atualizado, se inserindo no mundo digital para ter acesso ao maior número de informações que serão

repassadas aos alunos na forma de conhecimento. Se torna parceiro dos estudantes contribuindo para a formação integral deste, assim a relação professor e aluno deixa de ser vertical e se torna horizontal cujo diálogo é muito bem vindo, com garantia da autoridade, mas sem autoritarismo.

Neste sistema, as aulas eram realizadas nos turnos matutino e vespertino, totalizando uma carga horária de 8 horas diárias. As aulas pelo IPTV com os professores titulares ocorriam no período da manhã e, no período da tarde, os professores assistentes trabalhavam o aprofundamento com as turmas nas salas de aula. Outros recursos eram utilizados para a comunicação com os acadêmicos dos 52 municípios, como o chat e a interação, que ocorria todos os dias em momentos organizados pelos professores titulares (UEA, 2013).

A IPTV ao ser usada como um Ambiente Virtual de Aprendizagem na Educação, pode promover esta forma interessante de aprendizagem afirmado por Tori (2010) devido as suas características, permitindo obter um bom desempenho do aluno/professor na sua efetiva utilização.

Na Amazônia, principalmente em comunidades longínquas no Amazonas, a IPTV mesmo que não funcione via Rede Mundial de Computadores (Internet), se tem como solução o uso de transmissão via satélite, mas ainda, não deixa de exigir a rede IP, pois a IPTV é um serviço multimídia, uma vez que para Azambuja (2018), é preciso ter claro que se os dados não forem entregues em redes baseadas em IP gerenciadas para prover níveis de Quality of Service (QoS) / Quality of Experience (QoE), segurança, interatividade e confiabilidade de requisitos, não pode dizer que é um serviço de IPTV. Pode ser qualquer outro seguimento (webtv, vídeo on demand, vídeo streaming), menos IPTV.

Dentre os benefícios do uso do IPTV no PROIND/UEA, o professor titular poderia deixar arquivada sua aula após a transmissão ao vivo e caso o aluno tivesse dúvidas poderia recorrer fazendo login na conta de acesso restrito via WEB. Outra vantagem é o acesso à rede de bibliotecas digitais ou virtuais de universidades e periódicos. Discussão através de fóruns, áudio e videoconferência com monitoria online para o discente e um espaço de conteúdo colaborativo.

Com a missão em formar recursos humanos qualificados, competentes científica e tecnologicamente, com compromisso para o exercício da cidadania, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) tem por finalidade precípua a educação superior além da produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integrados no ensino, na pesquisa e na extensão.

As ações afirmativas, e, dentre essas, a reserva de vagas no ensino superior para os povos indígenas já se faz presente nas universidades públicas federais e estaduais do Brasil. Com a promulgação da Lei Estadual n.º 2.894 de 31 de maio de 2004, que dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a partir do vestibular de 2005, mediante a qual se reservam 80% das vagas aos candidatos egressos de escolas de Ensino Médio no Amazonas, desde que tenham cursado os três anos obrigatórios, e os 20% restante aos demais candidatos. Segundo Azambuja (2018) o serviço do IPTV contribui imensamente para um ensino eficaz e eficiente, se for executado corretamente e se houver tecnologia certa em todas as partes do projeto.

A interatividade proporcionada pela IPTV permite o desenvolvimento de criatividade, debates, participação ativa e autonomia na produção de conhecimentos dentro do ensino em Engenharia. Neste contexto, os alunos e professores necessitam apropriar-se da linguagem dessa nova mídia que é a IPTV. Apesar da lenta implantação do IPTV, a nova tecnologia poderá servir à Educação. (AZAMBUJA, 2018).

No contexto do acesso à informação a principal preocupação entre os pesquisados é a luta pelos direitos indígenas, e, o fato de estarem informados a respeito do mundo fora da aldeia tem primordial importância para a defesa de suas terras e sua sobrevivência. E é neste sentido que Gersem Luciano (Baniwa) (2006) afirma que:

Na atualidade, é evidente o desejo dos povos indígenas pela apropriação dos recursos tecnológicos para a defesa dos seus direitos e para a melhoria das condições de vida. Mas também são evidentes as dificuldades para o acesso e a apropriação adequados, os quais precisam ter como principal fundamento o fortalecimento dos conhecimentos e dos valores tradicionais, complementados e enriquecidos pelos avanços da modernidade, da ciência e da tecnologia digital. É inegável o papel dos sistemas de comunicação e de informação digital na luta pela defesa dos direitos dos povos indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 91).

O curso, iniciado em 2009, teve uma carga horária total de 3.310 horas e foi oferecido de forma especial, no período de recesso acadêmico dos cursos regulares. As aulas foram realizadas nas unidades da UEA em 51 municípios do interior do Estado do Amazonas e da capital. O objetivo da licenciatura foi formar professores para o exercício da docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, nas diferentes modalidades de ensino e no acompanhamento do trabalho pedagógico por meio de uma perspectiva intercultural, envolvendo indígenas e povos de diversas populações

tradicionais da Amazônia.

Graduaram no dia 28 de agosto de 2014, aproximadamente 1.870 acadêmicos da primeira turma do Curso Superior de Pedagogia Intercultural, do Programa de Formação de Professores Indígenas (PROIND). A cerimônia foi realizada na reitoria da universidade e transmitida por meio do Sistema Presencial de Ensino Mediado por Tecnologia (SPMT/IPTV) para os municípios **onde o curso foi realizado: “A outorga de grau se deu em agosto de 2014 e formou 576 (quinhentos e setenta e seis) indígenas e 1.301 (mil trezentos e um) não indígenas, totalizando 1.877 (mil oitocentos e setenta e sete) alunos”** (BETTIOL, 2017, p.118).

No dia 4 de janeiro de 2016, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) informa o desligamento do cadastro de 34 discente da UEA (Gráfico 2), por abandono de atividades, os alunos do curso de Pedagogia Intercultural Indígena (PROIND), nos municípios de Anamá (3), Amaturá (4), Autazes (3), Barcelos (2), Borba (1), Barreirinha (4), Beruri (1), Coari (2), Canutama (1), Humaitá (2), Manaus (1), Nhamundá (1), Parintins (2), Santo Antônio do Içá (2), Santa Isabel do Rio Negro (1), São Gabriel da Cachoeira (3), Tapuá (1), Tefé (1). O desligamento toma como base a resolução nº 003/2010 - Consuniv/UEA, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o desligamento de aluno dos cursos de graduação ofertados nas modalidades de ensino presencial e ensino presencial modular.

Essa forma de exclusão do cadastro discente da Universidade do Estado do Amazonas é aplicada ao aluno que tenha sido reprovado por falta em disciplinas ou notas abaixo da média. A Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Amazonas esteve voltada a professores que sejam índios ou não índios, mas que dominem a língua nativa, ambos sem graduação na área educacional, e que já estejam atuando como docentes em escolas ou comunidades indígenas.

No período do curso, que se realizou de forma semipresencial e diferenciada; as aulas ocorriam nos meses de janeiro, junho e julho pelo fato de este ser um período de recesso escolar das crianças indígenas. A docência é uma profissão de transformação humana. Quem com ela trabalha tem um objetivo relacionado à mudança que o conhecimento ensinado/aprendido vai fazer para os alunos indígenas e não indígenas. Sendo que o mesmo objetivo diz respeito, também, ao uso do Sistema Presencial Mediado por Tecnologia (SPMT) no Internet Protocol Television (IPTV), onde foram depositados os conteúdos das disciplinas e atividades do curso do PROIND.

É interessante destacar que o termo Internet foi divulgado com base na

expressão inglesa, Interaction, assim a Internet é o conjunto das centenas de redes de computadores conectados em diversos países para compartilhar a **informação e, em situações especiais, diversas tecnologias, “os padrões e normas da Internet são organicamente estabelecidos pela comunidade”**, (PINHO, 2003, p.41).

Logo, cada organização instala e mantém a sua própria parte na rede, já que nenhum governo, instituição ou empresa é capaz de controlar a Rede Mundial de Computadores. A Internet foi concebida em 1969, quando a Advanced Research Projects Agency (Arpa), uma organização do Departamento de Defesa Norte-Americano, focado na pesquisa de informações para o serviço militar. Posteriormente, é criada a ARPAnet, rede nacional de computadores, que servia para garantir comunicação emergencial.

O nome Internet propriamente dito, surgiu bem mais tarde, quando a tecnologia da ARPAnet, passou a ser usada para conectar laboratórios de pesquisa e universidades, inicialmente nos Estados Unidos da América (EUA), depois em outros países. E o que as redes têm em comum são os protocolos conhecidos como Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP), que permite que elas se comuniquem umas com as outras. Esse protocolo é a linguagem comum entre os computadores ou dispositivos que possuem **conexão com a Internet: “[...] com o surgimento do computador, o homem teve a capacidade de armazenamento redimensionada. Foi esta inovação imprevisível que transforma a informática em um meio para criação, comunicação e simulação” (LÉVY, 1999, p.101).**

Diante desse contexto, Pinho (2003), diz que o funcionamento da Internet é como uma estrada de informações, mas propriamente uma **“superestrada de informação”, um mecanismo de transporte que conduz os dados por um caminho de milhões de computadores interligados.** E a utilização da Internet não exige equipamento de custo de alta complexidade de manuseio, como nos tempos da ARPAnet.

Por este ângulo, Azambuja (2018), destaca esse novo cenário educacional que utiliza a IPTV via satélite com o auxílio da Internet se torna uma nova modalidade de Educação, alinhando seu pensamento nas contribuições de Tori (2010), quando descreve o surgimento de um fenômeno de convergência entre o virtual e o presencial na Educação conhecido como Blended Learning (BL) se tornam notáveis, principalmente porque é tido como uma metodologia ativa cujo aluno é o centro do processo.

Consequentemente, este estudo partiu o pressuposto de que o ensino em sala de aula mediado pela tecnologia é capaz de contribuir para a

assimilação e propagação do conhecimento, onde não há limites para a aprendizagem, já que a IPTV traz perspectivas para a modalidade de Educação a Distância (EaD) porque a comunicação entre docente e discente se torna interativa e dinâmica.

A IPTV com suas características de uma mídia completa foi utilizada de forma satisfatória na Educação a Distância de 52 municípios amazonenses com o curso do PROIND e a videoconferência em tempo real entre docentes e discentes. As tecnologias não substituem os docentes, mas auxiliam na transformação do conhecimento, principalmente na contemporaneidade diante do ensino superior que promove a interculturalidade aos povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo que foi exposto, percebe-se que com todos esses benefícios da IPTV, os discentes não ficavam dispersos em sala de aula. Eles tinham ainda o acompanhamento de um professor assistente (presencial), que os orientava, levando em consideração a etnia de cada um, pois existiam alunos indígenas e não indígenas no curso de Pedagogia Intercultural Indígena em Manaus. Todas as atividades eram postadas nesse ambiente, onde também se fazia o registro das notas referentes ao desempenho individual do aluno. O tutor tinha a responsabilidade em corrigir e proporcionar ao acadêmico o feedback de suas ações.

As salas de aula do curso eram equipadas com vários hardwares: TV, computador, microfone, webcam, telefone IP, modem, impressora, nobreak, através dos quais os alunos acompanhavam as aulas e realizam as atividades. Em face dessa prática e desse ambiente, talvez tenham sido facilmente assimilados por professores e alunos porque já há o sentimento de familiaridade entre eles em relação a esse quadro tecnológico. Em relação ao ensino indígena no Brasil, percebemos que há avanço tecnológico com a inserção do IPTV, e houve mudanças no pensamento do indígena a respeito da educação.

Os resultados encontrados diante da pesquisa demonstram que o curso de Pedagogia Intercultural Indígena da UEA mediado pela tecnologia permite um ensino inovador além de motivar o acesso ao ensino-aprendizagem. Trata-se de uma concepção de graduação inovadora cuja estruturação é fundamental e seu uso não pode ser feito de forma descontextualizada, o docente deve estar preparado possibilitando um trabalho colaborativo ampliando o interesse dos

discentes que tiravam suas dúvidas sanadas na hora de forma síncrona e algumas atividades e materiais poderiam ser visualizados posteriormente de forma assíncrona.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada com a ajuda da agência de fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa da Amazônia (FAPEAM).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Leonízia Santiago de. Educação para diversidade e cidadania. Aida Maria Monteiro (org.). MEC-SECAD-ANPED, 2007.

AZAMBUJA, Marcos Jolbert Cáceres. A IPTV como modalidade de educação: um estudo de caso no ensino de engenharia. 2013. Dissertação (Mestrado) –Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

_____: GRIMONI, José Aquiles Baesso, DANTAS, Denise. IPTV and Cultural Probes: A qualitative explorative study for the development of an interface for learning. Proceedings of 2015 International Conference on Interactive Collaborative Learning (ICL). 20-24 September 2015, Florence, Italy.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. Proformar e a educação Amazonas/Walmir de Albuquerque Barbosa; José Ademir Gomes Ramos - Manaus: UEA Edições/Editora Valer, 2008.

BARROSO, Regina Barroso; BETTIOL, Célia Aparecida; AZEVEDO, Claudina Maximiano. Retratos da Diversidade no Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) da UEA. In: XXI EPENN, 2013, Pernambuco, PE. ANAIS DO XXI EPENN. PERNAMBUCO (PE), 2013. p. 1-7. Disponível em: <http://www.epenn2013.com.br/EPENN_DISCO/Posteres/GT08/GT08_RETRATOS_D_A_DIVERSIDADE.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.

BETTIOL, Célia Aparecida. A formação de professores indígenas na universidade do estado do Amazonas: avanços e desafios (2017). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151875/bettiol_ca_dr_prud.pdf>

f?sequence=3> Acesso em 11 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Referenciais para a formação dos professores indígenas. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Básica, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CANDAU, Vera Maria. Interculturalidade e educação escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 1., Águas de Lindóia. Anais II ... Águas de Lindóia, SP: Vozes, 1998.

CECCHETTI, Elcio. POZZER, Adecir. Educação e Interculturalidade: conhecimentos, saberes e práticas descoloniais. Blumenau: Edifurb, 2014.

IBGE. Dados do Censo de 2010 do IBGE. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>> Acesso em 25 jan. 2019.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). O índio brasileiro hoje. In: Guia para a Formação em Gestão de Projetos Indígenas. Projetos Demonstrativos para os povos indígenas-PDPI. ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de (org). Brasília: Paralelo 15, 2008.

LUCIANO, Gersem (Baniwa). 2012. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In Alcida Rita Ramos (org.), Constituições nacionais e povos indígenas. pp. 206-227. Belo Horizonte: Editora UFMG.

PINHO, J. B. Jornalismo na Internet. São Paulo: Summus, 2003.

RAMIREZ, D. *IPTV security: protecting high-value digital contents*. England: John Wiley & Sons, 2008.

TORI, R. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. São Paulo: Senac, 2010.

UEA. Histórico da UEA. Disponível em: <<http://www2.uea.edu.br/sobreuea.php?dest=historico>>. Acesso em 09 dez 2017.

UEA, Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com Formação em Interculturalidade, da Universidade do Estado do Amazonas, localizada em Manaus-AM. Elaborado em 2013.